

Editorial – nº 16



A história da luta pela terra em nosso país tem início com a invasão portuguesa em 1500 e a resistência dos povos indígenas contra a dominação e pela defesa de seu território. Nos séculos seguintes foram os negros africanos que se levantaram contra a escravidão dos senhores de terras organizando os Quilombos.

No século XIX e início do XX ocorreram lutas pela terra importantes como Canudos, na Bahia (1870-1897) e Contestado em Santa Catarina (1912-1916). Outros movimentos ocorreram no nordeste como Caldeirão, Pau de Colher e também o cangaço como forma de resistência dos camponeses contra a miséria e opressão dos “coronéis” latifundiários.

A partir de 1940 surgem lutas com um caráter político mais definido, as mais importantes foram Trombas e Formoso, em Goiás (1952-1958) e a de Porecatu, no Paraná (1957).

No final dos anos 50 surgem no nordeste as Ligas Camponesas que organizam dezenas de milhares de camponeses na tomada de engenhos. As Ligas Camponesas tiveram um importante papel na luta pela terra e seu crescimento colocou a reforma agrária como questão nacional de primeira ordem e radicalizaram a luta de classes no país com a palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”.

Já na década de 80 e início dos anos 90 a retomada da luta pela terra dá origem a sindicatos de trabalhadores rurais e um novo impulso nas tomadas de terras. Neste período ocorrem lutas importantes como Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996).

Portanto o problema agrário em nosso país é um problema nacional nunca resolvido e que demanda superação. Ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, onde a revolução burguesa concluiu a reforma agrária, aqui a burguesia manteve a estrutura latifundiária intacta.

Segundo dados do IBGE, dos 5,5 milhões de propriedades tituladas, 50%

pertencem a 23 mil latifundiários o que corresponde a apenas 1% de todos os proprietários. O total de terras tituladas está em torno de 380 milhões de hectares e apenas 21% delas são pequenas propriedades e pertencem a 90% do total de proprietários.

O Brasil possui uma das maiores concentrações de terras do mundo e se acentua cada vez mais, à medida que a monocultura para exportação concentra as melhores terras em suas mãos expulsando os trabalhadores do campo.

A propaganda do governo com os recordes na exportação de grãos escondem a dura realidade de que com o agronegócio o Brasil continua como há 5 séculos atrás, ou seja, mero fornecedor de matéria prima barata.



A Amazônia é a última fronteira agrícola que resta para a expansão do plantio da soja e criação de gado, ao mesmo tempo existe forte cobrança internacional pela sua conservação para que potências estrangeiras explorem todas suas potencialidades. Neste ponto se chocam interesses de poderosos grupos na disputa pela exploração da floresta e do subsolo da Amazônia.

Os ataques contra os camponeses perpetrados pela imprensa, bando de pistoleiros acobertados pela polícia, todos a soldo do latifúndio, além dos órgãos repressivos e judiciários de um Estado sob o controle dessa mesma classe parasita, não podem ser analisados fora do contexto de agudização dessas contradições entre as frações das classes dominantes sobre o problema da Amazônia.

A campanha caluniosa visa desqualificar o conflito como problema agrário do país, criminalizando os que lutam pela terra para justificar todo tipo de ataques e matanças contra os camponeses que vivem e trabalham nesta região. No fundo querem a expulsão dos camponeses da Amazônia, pois sabem que estes são os únicos capazes de defendê-la e que ameaçam seus interesses.

De nada adianta tratar a luta pela terra como caso de polícia, enquanto não

distribuírem as terras a quem nela trabalha os camponeses continuarão lutando e o conflito ganhará proporções gigantescas e mobilizará milhões de camponeses em todo o país clamando pela Revolução Agrária.